ILUSTRÍSSIMO E RESPEITADO PREGOEIRO (A) E EQUIPE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – MG

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSIFICADOS PARA ATENDER A ALIMENTAÇÃO DE USUÁRIOS SOCIOASSISTENCIAIS. Processo nº 053/2025 Pregão nº 009/2025.

André Gontijo Empreendimento Comercial e Eventos LTDA inscrita no CNPJ sob nº 31.281.483/0001-73, com sede na Geni Hatem, 334, bairro Santos Dumont, na cidade de Pirapora, estado de Minas Gerais por seu representante legal André Barbosa Gontijo infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro n art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021, à presença de Vossa Excelência, a fim de interpor.

RECURSO ADMINISTRATIVO

A falta de declaração de qualificação técnica da empresa 61.682.185 JESSICA LEONARDO SOARES, inscrita no CNPJ nº 61.682.185/0001-56 e a aceitabilidade de NF-e pela equipe de licitação da Prefeitura Municipal de Pirapora.

1 DOS FATOS

A empresa 61.682.185 JESSICA LEONARDO SOARES, até a presente data, vencedora da fase de lance dos itens 3 e 15 da licitação 0009/2025. Ao ser solicitado pela competantíssima pregoeira da prefeitura de Pirapora os anexos complementares da licitação, assim como exige a lei 14.133 e o referido edital. Porém a empresa Jessica Leonardo Soares, apresentou um atestado de qualificação técnica de um outro CNPJ, a mesma relatou e se desculpou pelo equívoco. E pediu uma dilatação de prazo (prerrogativa exclusiva da pregoeira), sob a justificativa “Mensagem do Participante Item 3 De 61.682.185/0001-56 - Prezada, o solicitamos o atestado junto ao órgão estamos aguardando o reenvio” Enviada em 17/09/2025 às 13:02:32hno qual foi concedido.

A pregoeira achou melhor prorrogar o prazo da empresa até que a mesma apresenta-se um atestado de qualificação técnica válido, porém a empresa postergou tal ato, forçando a pregoeira a dilatar mais uma vez o prazo. (chat 17/09/2025 às 13:31:22h.) e advertiu a empresa que ficasse atento ao prazo do sistema.

A empresa porém às 14:11:04h do dia 17/09/25 faz o seguinte relato a equipe de licitação via chat “Prezada, ainda não obtive retorno do envio do atestado, só me informaram que iriam nos enviar “ e logo depois avisaram “Envie a s notas fiscais referente aos fornecimentos descritos nesses atestados”. Agora vejamos, apesar da benevolência e paciência da equipe de licitação, e afim de conseguir um preço mais benéfico para prefeitura a empresa apresentou NF-e em vez de

uma declaração, assim como descreve a lei 14.133 e o referido edital, comprovando qualificação técnica.

Tecnicamente existe uma diferença gritante entre um e outro:

“Atestado de Capacidade Técnica: É um documento emitido pelo contratante para comprovar a experiência e o desempenho da empresa na prestação de serviços ou fornecimento de materiais, atestando a sua qualificação. **Nota Fiscal (NF):** É um documento de caráter fiscal, que comprova a emissão de mercadorias ou a prestação de serviços, mas não avalia a qualificação técnica do fornecedor.”

A própria terminologia técnica já deixa clara, a emissão de nota fiscal eletrônica não qualifica se a empresa prestou de fato o serviço ou entregou os produtos. Não leva se quer em conta se a empresa obedeceu os prazos da entrega, a qualidade e validade dos itens.

O edital 009/25 já vem descrevendo de forma clara e suscita sem deixar brecha para interpretação.

10.38 Um atestado de capacidade operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante está apta para fornecer/desempenhar atividade pertinente e compatível com o objeto licitado quanto a características, prazos e quantidades. O atestado deve conter a assinatura e identificação do responsável pelas informações atestadas;

E o mesmo edital já coloca as devidas punições caso a empresa não apresente os atestados:

10.46 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

Conclui-se que NF-e não consta como um documento de atestado de qualificação técnica no edital e por tanto tal empresa deve ser considerada inabilitada.

Vale ressaltar que o Tribunal de Contas da União elaborou uma cartilha de explicações da lei 14.133, (apelada como a nova lei de licitação) nela deixa clara a informação de como deve ser elaborada e qual a importância da qualificação técnica, no trecho retirado da cartilha ele descreve:

Os critérios de habilitação técnica, previstos no art. 67 da Lei 14.133/2021, prestam-se a comprovar que o licitante possui a qualificação técnica necessária para bem executar o objeto da contratação. Referem-se, portanto, a características inerentes ao licitante, não se confundindo com os critérios técnicos de aceitabilidade da sua proposta, relacionados ao objeto da contratação. (disponível no site <https://licitacoesecontratos.tcu.gov.br/5-5-2-habilitacao-tecnica/>)

Com todos esses relatos e esperando o cumprimento total da lei 14.133 e o edital.

- 1- Peço que seja considerada inabilitada a empresa 61.682.185 JESSICA LEONARDO SOARES, por não apresentar a declaração de qualificação técnica em conformidade com esse edital e a lei 14.133
- 2- Após a inabilitação, peço que seja convocado os demais licitantes para a apresentar interesse ao item 3 do referido edital
- 3- Igualmente, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informados, à autoridade superior.

Nestes Termos
Pede-se Deferimento

Pirapora 19 de setembro de 2025

André Barbosa Gontijo. CPF 106.366.456-06

Proprietário da empresa Andre Gontijo Empreendimento comercial e eventos LTDA.